MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Port STN 462/2009 (Anexo I) e Resoluções do TCE-PI

R$ 1,00

	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCR EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I = 1+ 2 + 3)	**90.797.243,88**	-
1 - Pessoal Ativo	69.273.880,03	-
2 - Pessoal Inativo e Pensionistas	21.523.363,85	-
3 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II = 4 + 5 + 6 + 7)	**19.511.922,51**	-
4 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
5 - Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
6 - Despesas de Exercícios Anteriores	124.950,88	-
7 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	19.386.971,63	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III = (I - II)	**71.285.321,37**	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		**71.285.321,37**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	VALOR	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = IV /V * 100)		**4.524.857.508,68**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2%		**1,58%**
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único, art. 22 da LRF) - 1,90%		**90.497.150,17**
FONTE: SIAFEM		**85.972.292,66**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Antônio Gonçalves Vieira
Procurador Geral de Justiça

José Raulino Castelo Branco Filho
Controlador Interno

Thadeu Ferreira Soares
Coordenador de Contabilidade, Orçamento e Finanças

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a – b)
Receitas de Fundos Especiais	51.697,68		51.697,68
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	51.697,68	-	51.697,68
Recursos Ordinários	644.847,33	41.204,84	603.642,49
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	644.847,33	41.204,84	603.642,49
TOTAL (III) = (I + II)	696.545,01	41.204,84	655.340,17
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]			

FONTE: SIAFEM

Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Antônio Gonçalves Vieira
Procurador Geral de Justiça

José Raulino Castelo Branco Filho
Controlador Interno

Thadeu Ferreira Soares
Coordenador de Contabilidade, Orçamento e Finanças

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Receitas de Fundos Especiais					51.697,68	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		-		-	51.697,68	
Recursos Ordinários		41.204,84		361.622,31	603.642,49	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		41.204,84		361.622,31	603.642,49	
TOTAL (III) = (I + II)		41.204,84		361.622,31	655.340,17	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]						

FONTE: SIAFEM

Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Antônio Gonçalves Vieira
Procurador Geral de Justiça

José Raulino Castelo Branco Filho
Controlador Interno

Thadeu Ferreira Soares
Coordenador de Contabilidade, Orçamento e Finanças